



EDUCAÇÃO ESCOLAR NA VISÃO DE MENINAS DE UM ASSENTAMENTO RURAL: UM RECORTE PARA QUESTÕES DE GÊNERO

Silvia Regina Marques Jardim¹

INTRODUÇÃO

O presente texto busca desenvolver as temáticas relações sociais de gênero, educação e juventude rural, dando atenção para o que meninas de um assentamento de Reforma Agrária² pensam sobre juventude, educação e perspectivas futuras. Pretende-se abordar as contradições que envolvem os processos formativos, em especial a educação escolar, que fazem parte das vivências das jovens em busca de um projeto de emancipação feminina.

O enfoque para as relações sociais de gênero estendidas à juventude rural, permite compreender o assentamento não apenas na questão agrária e socioeconômica, mas numa dimensão mais ampla: significa expandir a visão de mundo e contemplar as diversas relações estabelecidas no cotidiano e que repercutem nas esferas sociais. O interesse pelas relações de gênero se dá por entender que a

A história de mulheres na constituição e trajetória dos assentamentos é marcada por muitos atos de discriminação naturalizada. Discriminação respaldada pelas visões patriarcais do projeto estatal, pelo atraso na extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários, pela exclusão, por bom tempo, em programas de crédito/comercialização/investimentos (FERRANTE, 2010, p. 14).

Ferrante (2010) revela que as políticas públicas voltadas para os assentados têm procurado, em teoria, incorporar as questões de gênero e os diversos movimentos de mulheres rurais têm interferido positivamente para a superação de desigualdades e violências que marcam a vida das mulheres assentadas e trabalhadoras. Porém, nas relações estabelecidas no cotidiano, há muito a ser conquistado. Nos assentamentos,

1 Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista UNESP, Campus de Araraquara. Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Correio Eletrônico: silvia.jardim@hotmail.com

2 Assentamento Bela Vista, Araraquara, interior de São Paulo.



ainda prevalece um modelo de família baseado na ideologia patriarcal em que os espaços são delimitados: às mulheres cabe a casa, cuidado dos filhos e a produção de alimentos dentro do lote. Os homens assumem o espaço público: nos sindicatos, nas esferas de lazer, nas associações e na comercialização dos produtos. O trabalho da mulher é invisível, uma “pequena” ajuda ao marido ou uma “reserva” para as épocas de plantio ou colheita - uma extensão do trabalho da casa por qual é “naturalmente” responsável. Muitas vezes, elas próprias, incorporando o discurso da ideologia dominante, consideram seu trabalho de menor valor. Apesar de mudanças captadas na pesquisa que realizei, as mulheres oscilam entre resistir e aceitar modelos, tidos como naturais ou resultado de uma escolha livre. Nas situações de resistências, as mulheres buscam o trabalho assalariado, participam de associações e procuram, incessantemente, desenvolver estratégias diversas para romper com formas dissimuladas de violências de gênero. E, apesar dos entraves, as mulheres não deixam de lutar por ideais que consideram importantes para a Reforma Agrária.

METODOLOGIA

Os sujeitos da pesquisa são doze estudantes e explico que procuro estudar adolescência, entrego cadernos a elas e solicito que façam desses cadernos seus diários. Explico que poderiam escrever livremente sobre situações de cotidiano, sobre sonhos, sobre sentimentos em relação ao futuro, sobre memórias, relações afetivas e sociais, enfim sobre seus modos de vida. A partir da aceitação das adolescentes em escrever, proponho a realização de entrevistas com elas e também com mães e avós no intuito de aprofundar temáticas tratadas nos diários e analisar elementos que pudessem apontar ruptura e continuidade de geração no que diz respeito, por exemplo, os anseios, experiências e necessidades que configuram as vivências das mulheres rurais.

Assim, foi constituído um grupo que possui uma identidade de gênero no intuito de contribuir para a visibilidade das mulheres rurais e, para isso, adotei como prerrogativa o fato de que as mulheres constituem grande parte da humanidade, mas quase sempre foram ignoradas, pois constituem a diferença do que é padrão: homem, heterossexual, branco, adulto. Whitaker (1988) lembra que as mulheres são parte do povo e o povo é considerado anônimo, tendo suas vozes e ideias abafadas para iluminar as figuras dos considerados grandes heróis.

Portanto, a atenção está centrada na voz feminina que emerge da memória, da



oralidade, da escrita, das expressões humanas. O discurso dominante tem uma marca que é a marca do padrão que anula as diferenças, ou seja: é um discurso masculino, branco, adulto, europeu, saudável e jovem (supõe o silêncio de mulheres, dos negros, das crianças, dos idosos). Por outro lado, não é possível ignorar que o discurso dessas mulheres é resultado de um entrelaçamento de várias vozes que constituem suas identidades e que, aos poucos, vão sendo reveladas.

Os diários se tornaram importante fonte de dados para este trabalho. O processo de escrita revela a singularidade de um sujeito, evidenciando um discurso feminino que possui formas singulares de apropriação e de produção da cultura. As entrevistas utilizaram um roteiro flexível, elaborado a partir da leitura dos diários e procuraram contemplar aspectos como: infância, família, escola, trabalho, sonhos, perspectivas sobre casamento, filhos e a vida atual no assentamento.

Para análise, foram valorizados o uso de recursos metodológicos interpretativos, seguindo o rastro de Geertz (1989); procurei retirar o máximo de sentido produzido e, manter, ao mesmo tempo, a individualidade das mulheres. Observo o cuidado para que a análise não fique restrita a um mero descrever. Foi elaborado um roteiro de trabalho que contemplasse o estabelecimento de categorias a fim de visualizar rupturas, mudanças ou conservação nos padrões de comportamentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas com as mães e avós demonstraram o desejo de que filhas e netas conquistem a autonomia financeira por meio da escolarização. Para Mannheim (1972), as gerações mais velhas buscam transmitir conhecimento acumulado que pode, inclusive, ser reinterpretado. A educação escolar é um bem cultural ao qual essa geração não teve acesso e sua experiência de vida a leva desejar que as novas gerações estudem como meio de emancipação.

Porém, os dados colhidos por meio do diário mostram um paradoxo: no intuito de que as filhas e netas realizem esse projeto (autonomia financeira por meio de estudos), há o exercício de um forte controle no comportamento que pode ser traduzido pela defesa da postura social da boa moça. Assim, ao mesmo tempo em que podem ser visualizadas mudanças nos espaços conquistados pelas mulheres mais jovens, também pode ser visualizado um processo de vigilância e disciplina constante. Entre as proibições



está o namoro, pois existe o argumento de que o namoro pode atrapalhar os estudos. E é justamente nos processos de educação informal, que fica marcante a delimitação de lugares masculinos e femininos.

Ainda é vigente uma socialização baseada nas diferenças de gênero, mas isso não é feito de modo consciente: as mensagens sobre os lugares do feminino e do masculino são transmitidas e reproduzidas de forma sutil. Há uma imposição de limites e de uma ordem em que as pessoas devem ocupar e se manter em lugares socialmente atribuídos. O perfil tratado nos diários mostra que todas as meninas desenvolvem atividades em casa: elas lavam roupas, cozinham, limpam a casa e, quando tem irmãos menores, cuidam deles também. Muitas vezes, o trabalho escolar fica para segundo momento, pois as demandas domésticas exigem a presença da menina.

Uma forma que as meninas encontram para fugir do controle social está no ambiente escolar que surge, várias vezes, nos diários para relatar fatos do cotidiano e sobre sonhos para o futuro. Os relatos mostram que, ao mesmo tempo em que há lamentações da rotina escolar, há valorização da escola por promover a educação formal. As moças chegam a reconhecer a desvalorização da educação escolar pública, mas isso não é obstáculo para falar de sonhos como o de cursar um bom curso superior. As jovens usam a biblioteca, fazem cursos de informática e canto. Demonstram uma boa competência linguística e mostram entusiasmo pelas atividades formativas da escola, o que mostra a desmitificação de que os adolescentes não se interessam pela escola. O desinteresse do jovem pelo estudo significa a inviabilidade das políticas públicas em promover oportunidades para que os jovens continuem seus estudos.

Vislumbra-se a educação enquanto instrumento de humanização. A educação é o principal veículo da cultura e deve ter por objetivo a promoção e respeito às culturas comuns, sensibilizando o olhar para as desigualdades sociais justificadas pela diferença. FREIRE (2005) chama a atenção para que a educação não seja compreendida a partir de uma visão puramente idealista, pois isso pode criar uma ilusão de que a educação detenha um poder que ela não tem. Portanto, apesar de a educação escolar não ser detentora absoluta do poder de transformação social, ela configura, aqui, como caminho para esse sonho.

Mais que um espaço de socialização que visa à transmissão de conhecimento, a escola é um espaço de práticas de sociabilidade. A escola é o lugar de encontro com os amigos, de expressão de uma cultura juvenil, de trocas afetivas.... Ela possibilita o encontro de uma geração. A visão que as jovens têm da escola é ampla: é a instância em que se dá o início da vida social. Políticas públicas não a reconhecem como uma potência para a interação entre o conhecimento e a vida social que deve ser pautada pela valorização da história e



cultura dos seus protagonistas.

Há aspiração por um mundo melhor e a escolarização é uma expectativa de melhoria da vida. Porém, não podemos deixar de observar o que diz BOURDIEU (2004) sobre as chances de um indivíduo ser bem-sucedido em suas aspirações está muito próximo do capital cultural acumulado pela família. As jovens tentam “burlar” a trajetória de seu grupo, por meio da instrução, para ascender socialmente. A família considera o estudo importante, mas se depara com condições socioeconômicas pouco favoráveis para a realização desses projetos de vida. O assentamento é um espaço distinto da cidade e poderia ser melhor se tivesse acesso a bens e serviços que ainda são limitados e um desses bens é a educação escolar.

CONCLUSÃO

A função das novas gerações é ser agente de transformações sociais; é a juventude que difunde e integra novos traços culturais à cultura de origem e, tem a potencialidade de mudar práticas políticas e relações cotidianas. Mas essa categoria precisa ser reconhecida e valorizada.

A realização desse trabalho permitiu visualizar a potencialidade da menina nos processos de interação, de interpretação e de crítica da realidade, principalmente sobre questões ligadas às desigualdades de gênero. Porém, importa lembrar que num mesmo contexto social, convivemos com pessoas que tem visões diferentes sobre um mesmo assunto, o que pode gerar conflitos. Ou seja, novos comportamentos não se desvincilharam da ideologia patriarcal que faz parte do processo de socialização ao longo da vida e, muitas vezes, influenciam, a vida do ser humano. Novos modelos de comportamento convivem com os modelos tradicionais.

Palavras-chave: Gênero. Juventude rural. Educação.

REFERÊNCIAS



BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. (trad. Aparecida Joly Gouveia). In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 6^a. Ed., 2004. p. 39-64.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 47^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FERRANTE, V. L. B. Cidadania e políticas públicas para as mulheres rurais: Lugares atribuídos e espaços conquistados pelas assentadas. In: **I Simpósio “Feminismo, ação política e agroecologia”**. Recife, novembro 2010.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

MANNHEIM, Karl. Função das gerações novas. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. **Educação e Sociedade**. 6^a. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972, p. 91-97.

WHITAKER, DULCE C. A. **A Mulher & homem. O mito da desigualdade**. São Paulo: Moderna, 1988 (Coleção Polêmica).